

POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO E ACOLHIMENTO PARA MULHERES TRANS E TRAVESTIS NO ESTADO DO CEARÁ

Anderson Gois Carvalho¹
Geórgia Maria Feitosa E Paiva²

RESUMO

O presente artigo discute as políticas de ressocialização e acolhimento destinadas a mulheres trans e travestis no sistema prisional do Estado do Ceará. Historicamente marginalizada, essa população enfrenta barreiras institucionais de exclusão que operam como dispositivos Necropolíticos (Mbembe, 2018) e de Biopoder (Foucault, 1999) na gestão de seus corpos e de suas vidas. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, analisa-se a aplicação da Lei de Execução Penal (LEP), os dados do Censo Penitenciário do Estado do Ceará de 2023 e as diretrizes do Plano Estadual Pena Justa. O estudo investiga o papel central, porém tensionado, da educação e do trabalho no processo de ressocialização dialogando com os estudos de Dermeval Saviani (2007) sobre a divisão histórica entre trabalho e educação, e de Pedro Demo (1999) acerca do "charme da exclusão". Evidencia-se que as barreiras do preconceito, da discriminação escolar e do estigma de esgressas do sistema prisional geram uma dupla exclusão, dificultando o acesso ao mercado formal de trabalho, à educação e aos espaços de sociabilidade. Conclui-se que o fortalecimento de iniciativas transversais como os Centros de Referência LGBTI+, o Comitê de Empregabilidade e o Projeto Transformar é fundamental para romper esse ciclo. Tais ações governamentais devem ser encaradas não como atos de benevolência, mas sim como políticas de reparação histórica e de restituição de direitos essenciais para a emancipação ontológica e social dessas mulheres.

Palavras-chave: Necropolítica; Ceará; LGBT+; Ressocialização.

UNILAB, Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH), Discente,
andersoncarvalhounilab@gmail.com¹

UNILAB, Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Docente,
georgiafeitosa@unilab.edu.br²